

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.063 - DF
(2019/0353921-5)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : EDUARDO COSENTINO DA CUNHA (PRESO)
ADVOGADOS : DÉLIO FORTES LINS E SILVA - DF003439
DÉLIO FORTES LINS E SILVA JÚNIOR - DF016649
VIRGINIA PACHECO LESSA - RS057401
VITOR PACZEK MACHADO - RS097603
ANTÔNIO BRUM BROSSARD DE SOUZA PINTO - RS110857
CAROLINE PERESTRELLO GONÇALVES MACHADO - DF057356
AURY CELSO LIMA LOPES JUNIOR - DF058251
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

EDUARDO COSENTINO DA CUNHA alega sofrer coação ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal Regional Federal da 1ª Região** no HC n. 1014932-44.2019.4.01.0000.

Em consulta processual realizada na página eletrônica desta Corte Superior, verifico a anterior interposição do **RHC n. 89.143/DF**, em que o ora recorrente também figura como postulante e que, embora se volte contra ato coator distinto (acórdãos prolatados pelo TRF1 nos HCs n. 0029625-21.2017.4.01.0000 e 1016378-19.2018.4.01.0000), **também postula a revogação da prisão preventiva, sob as alegações de ausência de proporcionalidade e de fundamentação idônea para a sua manutenção, na sentença que condenou o réu à pena de 24 anos e 10 meses de reclusão**, em regime inicial fechado, como incurso nos arts. 325 e 333 do Código Penal, este c/c o art. 383 do Código de Processo Penal, e 1º da Lei n. 9.613/1998, por quinze vezes (Ação Penal n. 0060203-83.2016.4.01.3400 – Operação Sépsis), bem como de **excesso de prazo da medida constritiva**.

Ademais, noto que, em **17/9/2019**, iniciou-se o exame do mérito daquele recurso pela Sexta Turma desta Corte Superior, que foi concluído na sessão do dia **26/11/2019**. Este órgão colegiado concluiu, por maioria, pela **presença de motivos idôneos para justificarem a**

manutenção da prisão, bem como pela ausência de delonga injustificada na tramitação processual.

Dessa forma, verifico que o requerimento formulado nestes autos é **mera reiteração do pedido anterior.**

À vista do exposto, **não conheço do recurso em habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator